



George, por ser italiano, não pode nem reivindicar a área

União vai retirar todos da invasão de S. Pedro

Dentro em breve a recente área invadida do mangue de São Pedro não será nem das famílias invasoras, nem de seu suposto dono, o estrangeiro George Venturini. É isto acontecerá em virtude das providências pedidas à Polícia Federal, pela delegada do Serviço de Patrimônio da União (SPU), engenheira Albani Rosetti de Almeida. Ela, por questões funcionais, se negou a revelar as medidas que serão postas em prática pela Polícia Federal, a fim de garantir a integridade dos bens da União, no caso, o mangue de São Pedro — mas se sabe extraoficialmente que a DPF, com ordem da Justiça Federal, fará a desocupação e retomada da área.

As famílias desalojadas terça e quarta-feiras voltaram ontem a ocupar a área, iniciando a reconstrução dos barracos, desta vez sem serem molestadas pela polícia que dava cobertura a George Venturini porque este possuía uma decisão liminar de reintegração de posse dada pelo Juiz da 3ª Vara Cível de Vitória, Renato Matos. Apenas no local, ontem, a presença do oficial de Justiça, Airton Borges, que, ao invés de ajudar na demolição, tentava localizar o suposto proprietário da área, George Venturini, para conduzi-lo à presença do juiz Renato Matos. George não foi encontrado.

O oficial de Justiça intimou e conduziu até à delegacia de Santo Antônio a proprietária de um barraco demolido conhecida apenas como dona Leda, e mais três outras mulheres, para deporem no inquérito que apura a agressão sofrida pelo fotógrafo de A GAZETA Gilto Loyola e pelo cinegrafista da TV Gazeta José Lúcio Campos. Eles foram agredidos por Sebastião, um empregado do suposto proprietário da área, quando documentavam no primeiro dia a demolição dos barracos instalados ali por mais de 300 famílias. Sebastião fez ainda quatro disparos de revólver calibre 22 contra os jornalistas, não os atingindo "por um milagre".

Para hoje à tarde, estão intimados a prestarem depoimentos na delegacia de Santo Antônio os jornalistas Amilton de Almeida, Carlos Henrique Gobi da Silva, Heloisa Santana, Gildo Loyola, José Lúcio Campos e os auxiliares de cinegrafia Antonio Luiz e Antônio Bento.

GRILEIRO

George — apesar da concessão liminar de reintegração de posse do juiz Renato Matos — para o Serviço de Patrimônio da União "é tão invasor quanto aquelas famílias que ele pretende desalojar", afirmou a delegada do SPU, engenheira Albani Rosetti de Almeida. Segundo o processo em andamento no SPU, ele adquiriu de "um tal José Nunes Monteiro uma área de aproximadamente uns 200 mil metros quadrados que se confronta com o mangue de São Pedro, que é de propriedade da União. Como preposto de José Nunes, ele poderia reivindicar a faixa de 33 metros de marinha, mas nunca o mangue, porque

mangue não é terreno de Marinha, é patrimônio da União, que não dá direito a título de posse", acentuou Albani.

— Acresce ainda um detalhe esquecido por muitos, que George Venturini é italiano, e na qualidade de estrangeiro ele não pode nem legitimar para si os 33 metros de acréscimo de marinha, porque pelo fato dele não ser nacional, tal legitimação só poderia ser verificada por ato do Presidente da República — explicou ainda a delegada do SPU.

CRIMINOSA

Albani disse que é contra a utilização criminosa (predatória) que vem se fazendo no Estado com o patrimônio público. E este tipo de utilização, segundo ela, tem sido preocupação não só do seu órgão como de outros, entre eles a Federação dos Pescadores, Ufes, Secretaria de Saúde (Departamento de Ações Ambientais) e Prefeitura de Vitória. Ela explicou que os mangues devem ser conservados como determinadas reservas florestais, para um perfeito equilíbrio do sistema. "Eles não oferecem condições mínimas sequer de habitabilidade, porque se assim não fosse, a União doava ao BNH para a construção de conjuntos habitacionais, mas o mangue para se tornar habitável tem que levar um aterro de mais de sete metros, fora outros problemas, como de esgoto".

A engenheira Albani esteve fiscalizando toda a área em companhia do secretário do Bem Estar Social, Nelson Aguiar, e constatou que grande parte das famílias é a mesma que tem posse em outras áreas invadidas, como São Pedro.

O secretário do Bem Estar Social, Nelson Aguiar, fez duas denúncias sobre o caso. A primeira — que considerava bastante grave — dirigida aos juizes capixabas, que vêm concedendo liminar de reintegração de posse em terrenos de marinha. "Esses tipos de decisões são as coisas mais absurdas que tenho visto, pois, na área de terreno de marinha, alguém para ser dono tem que ter a posse, isto é, benfeitorias — como, então, se concede reintegração de posse a quem não tem posse?", indagou.

— No recente caso, prosseguiu o secretário, se alguém tem direito à proteção do juiz, é o possessor. Mas os juizes, como no caso recente do juiz da 3ª Vara Cível, Renato Matos, expulsam aqueles que tinham a posse e reintegram um cidadão "que só tem a ganância, George Venturini, que é um grileiro", afirmou.

PODEROSOS

A outra denúncia do secretário Nelson Aguiar foi contra o SPU — Serviço do Patrimônio da União. "Para proteger as áreas dos mangues, este serviço também peca, porque se colocando contra os posseiros, acaba beneficiando e ficando do lado dos poderosos, que são, exatamente, os que vêm abocanhando as melhores áreas do bairro São Pedro.